

Um outro olhar sobre o lugar: a Cang no tempo da fronteira

SANDRO DUTRA E SILVA*

Resumo: Este artigo discute o processo de ocupação e construção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), no período de 1941 a 1959, refletindo sobre a ocupação do espaço e sua relação com as representações sociais e a construção do cenário cultural regional.

Palavras-chave: fronteira, colônia agrícola, região.

Já tinha pra mais de oitenta anos que os dos Anjos moravam ali na foz do Capivari no Corumbá. O rancho se erguia num morrote a cavaleiro de terrenos baixos paludosos. A casa ficava num triângulo, de que dois lados eram formados por rios, e o terceiro, por uma vargem de buritis. Nos tempos de cheias os habitantes ficavam ilhados, mas a passagem da várzea era rasa e podia-se vadear perfeitamente.

No tempo da guerra dos Lopes, ou antes ainda, o avô de Quelemente veio de Minas e montou ali sua fazenda de gado, pois a formação geográfica construía um excelente apartador. O gado, porém, quando o velho morreu, já estava quase extinto pelas ervas daninhas. Daí para cá foi a decadência. No lugar da casa de telhas, que ruiu, ergueram um rancho de palhas. A erva se incumbiu de arrasar o resto do gado e as febres as pessoas.

(Bernardo Élis)

Este artigo procura indicar os elementos históricos do processo de ocupação e construção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), compreendido entre o período de 1941 a 1959, refletindo sobre as análises da ocupação do espaço e a sua relação com as representações

sociais e a construção do cenário cultural regional. Esse levantamento é feito tendo como base os processos históricos relacionados à formação territorial e demográfica de Goiás, tomando como referencial a temática de expansão de fronteiras e, a partir dessa discussão inicial, procura identificar e traçar os elementos constitutivos do caso, em particular a Cang, como enredo que ilustra a possibilidade de se ter outras abordagens, aqui compreendidas como novos olhares sociológicos sobre uma localidade regional.

Uma característica marcante da construção histórica de Goiás é sua relação com frentes de ocupação, que, ao longo dos séculos, marcaram a fisionomia espacial do estado. O território goiano foi construído pelas marchas. A região foi desbravada e ocupada por avanços demográficos ao longo da sua história. Essa compreensão da história regional insere nessa memória a ocupação da Cang, na medida em que essa dinâmica específica de ocupação, marcadamente caracterizada por frentes migratórias de expansão, integra-se ao contexto geral de sua historiografia.

Essa narrativa é compartilhada por outras áreas do conhecimento, não sendo monopólio de compreensão das ciências sociais. Por exemplo, a literatura goiana frequentemente utiliza narrações e enredos que ilustram essa

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

peculiaridade histórica. Os contos, poemas e romances destacam a história social de épocas determinadas, apresentando seus elementos culturais, suas idéias, mentalidades e o cotidiano do sertanejo, que, na sua relação com o meio físico, caracterizava-se pelo distanciamento como contexto nacional. Ao trabalhar com temporalidades, a literatura descreve a região, muitas vezes, como área de completo isolamento, marcada pela vastidão do território e por baixa densidade populacional. O resgate cultural da literatura representa uma fonte importante, uma vez que auxilia a busca por compreender o regional, pois aponta a relação existente entre a população e o seu meio geográfico, entre o homem e o espaço que o cerca. Um exemplo dessa interação encontra-se no conto de Bernardo Élis¹ sobre a “Nholá dos Anjos”, a matriarca da primeira geração de uma família de camponeses mineiros que buscavam no território goiano melhores condições de vida para a sua prole – embora o enredo aponte um final trágico para os dos Anjos. A história desses camponeses ilustra um caso em particular que exemplifica um cenário geral, ao retratar as origens da ocupação, destacando o caráter de desbravamento, aventura e bandeirismo como características marcantes do regional. O conto de Élis apresenta uma realidade que está fortemente ligada a essa memória histórica: a presença do forasteiro, a expectativa de uma vida mais próspera nesse rincão e a dureza da vida no sertão.

Essa peculiaridade regional é destacada por Chaul (2000), ao analisar a formação de várias marchas em direção ao Oeste brasileiro, antes mesmo do projeto estadonovista de Vargas. O autor afirma que as fronteiras espaciais foram abertas no território goiano, desde a busca pelas bandeiras do apresamento indígena e riquezas minerais, até a construção de Goiânia, que, na visão do autor, representava o símbolo maior dessa marcha histórica.

O tempo da fronteira para Goiás pode então ser identificado em momentos específicos da sua

história. O desbravamento e o reconhecimento geográfico do território goiano originaram-se nas expedições bandeirantes do final do século XVI e XVII. No século XVIII, tem-se uma nova fase nessa temporalidade, representada pela experiência de urbanização das zonas de mineração, entretanto, com um curto período de duração, em decorrência da decadência da atividade mineradora. A ocupação do território, após esse período, é caracterizada pela expansão das fazendas de gado e das “roças” de subsistência e de economia mercantil (Campos, 1985; Borges, 2000).

Entre os anos de 1930 e 1940, configurou-se um novo tempo da fronteira, em que um novo modelo de ocupação estava sendo iniciado. Os elementos constitutivos desse novo momento são significativos, não apenas pelo seu caráter dinâmico no processo de mudanças e transformações, mas também pelo seu caráter simbólico. Grandes marcos podem ser identificados como representação desse novo tempo: a construção de Goiânia em 1933, a chegada da ferrovia em Anápolis em 1935 e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1942. Esses marcos representaram o início de um processo de transformação regional significativo, pois apontavam para a inserção dessas áreas no cenário produtivo nacional, acompanhados do discurso de modernização da década de 1930. Nos anos de 1940, as marcas do tempo novo da fronteira surgiam no projeto das colônias agrícolas federais. Goiás era incluído nesse projeto, por meio da Cang, que representou mudanças profundas no desenvolvimento do estado, sobretudo no processo de urbanização da região da Mata do São Patrício.²

1. O conto “Nholá dos Anjos e a cheia do Corumbá” é um dos mais famosos do autor. Publicado em 1944 no livro Ermos e gerais, inaugurou uma nova linguagem na ficção brasileira a partir de suas temáticas sertanistas. Ver Denofrio, 1993, e Moriconi, 2000.

2. A região que compreende Ceres, Jaraguá e outras cidades da região centro-norte do estado de Goiás é denominada de Vale do São Patrício. Essa denominação deveu-se ao Rio São Patrício, que recebeu esse nome em 1733 por dois frades franciscanos portugueses (frei João de Jesus e Maria e frei Domingos Santiago), que residiam em Pirenópolis. Existem algumas especulações sobre a denominação da região, como o fato de não ter sido batizada de São Francisco, em homenagem à ordem dos frades, ou não ter recebido o nome de outro santo português. A explicação mais utilizada pelos cléricos da região é a de que existia um seminário jesuíta em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as “Leis Penais” estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, sendo muitos desses estudantes acolhidos por Portugal. Não apenas o rio, mas toda a região recebeu essa

Assim, a partir dessa discussão anteriormente apresentada, este trabalho propõe-se a analisar a instalação da Cang, partindo da idéia da ocupação dos espaços historicamente determinados pelas fronteiras, buscando compreender não apenas a ocupação desses espaços geograficamente estabelecidos, como também identificar que outras formas de perceber o lugar e a região podem ser abordados.

Isso porque uma dúvida sobre a compreensão da ocupação e instalação da Cang, nesse desmembramento da expansão da fronteira, apresentava-se. Ou seja, a compreensão do "tempo da fronteira" seria a única forma de analisar e entender a memória e o desenvolvimento regional da Cang? Como analisar, por exemplo, o desenvolvimento de habilidades culturais e imaginárias nessa região, levando em consideração o projeto histórico dessa ocupação? Como compreender sua evolução social, política, econômica e cultural, considerando as representações simbólicas? A compreensão da sua instalação e da sua evolução urbana e social limitava-se apenas à compreensão do tempo da fronteira? Essa problemática encontra limitações, na medida em que o entendimento do lugar era trazido para o referencial da fronteira, sendo necessário ampliar essa visão, respondendo às investigações do desenvolvimento regional, foco deste estudo.

Diferentemente das marchas históricas cuja dinâmica caracterizava-se como um movimento espontâneo, no sentido em que representavam interesses de grupos e pessoas, a expansão territorial e a ocupação da Cang apresentaram-se como resultantes de um projeto maior, macrossocial, fruto de ações governamentais de ocupação e de inserção econômica e de desen-

volvimento regional. A expansão dessa nova fronteira tinha como elemento discursivo a intenção de modernizar, ocupar, inserir e integrar áreas do Oeste brasileiro às regiões economicamente mais desenvolvidas do país.

A ocupação geográfica e demográfica resultante dessa política caracterizou-se pela leva de migrantes, vindos sobretudo do estado de Minas Gerais, impulsionados pelo discurso da Marcha para o Oeste.³ Desse modelo de colonização, resultou a urbanização da região do Mato Grosso de Goiás,⁴ com o surgimento de vários núcleos urbanos circundada de áreas agrícolas.

A Colônia Agrícola surge nesse contexto histórico. Ela é compreendida como tentativa oficial de ocupação, de políticas públicas do seu tempo, quando estava em jogo a necessidade de criação de zonas agrícolas produtoras e que deveriam abastecer as regiões industrializadas do país. O discurso da industrialização, sobretudo no estado de São Paulo, foi influenciado pelo da criação de zonas periféricas fornecedoras e abastecedoras de matéria-prima para as zonas industrializadas.

3. Existe uma distinção entre "Marcha para Oeste" e "Marcha para o Oeste". A primeira é a abordagem literária de Cassiano Ricardo (1959), que analisa a influência do movimento bandeirante na formação social e política do Brasil. A segunda refere-se ao projeto de colonização e ocupação do interior do Brasil efetuado pelo governo federal. Otávio Velho (1976) utiliza esse termo na análise do programa de ocupação do Estado Novo. As duas expressões serão utilizadas neste trabalho. A distinção está na utilização das abordagens: quando for analisado o discurso da verdadeira brasilidade, será utilizada a expressão "Marcha para Oeste", por tratar da análise da obra de Cassiano Ricardo e não da implantação do programa de governo propriamente dito. Esterci, analisando a posição de Cassiano Ricardo no governo Vargas, afirma que ele "pode ser considerado uma espécie de myth maker [...] alguém que como narrador da história assume a incumbência de prover uma base de legitimação do status e das ações do grupo" (Esterci, 1972, p. 24).

4. Neiva, baseada em estudos de Speridião Faissol, de 1952, sobre o Mato Grosso de Goiás, descreve essa região da seguinte forma: "Situado na parte centro-sul do Estado, o Mato Grosso de Goiás caracteriza-se pela fertilidade de suas terras e pela riqueza florestal, que entretanto foi sendo aos poucos devastada pela ocupação agrícola. Essa nova ocupação intensificou-se no final da década de 30, caracterizando a região como importante zona pioneira do Centro-Oeste, tanto pela dinamização de antigas áreas de mineração que ficaram decadentes por mais de um século, como pela abertura de novas frentes" (Neiva, 1984, p. 101).

denominação em honra ao santo irlandês. No livro de óbitos de Pilar de Goiás, um antigo núcleo aurífero dos tempos da mineração, no período de 1850-1864 existe uma referência a uma vila denominada de São Patrício, situada próxima ao rio na região onde é hoje o município de Itapaci. A vila teria sido abandonada por seus habitantes logo após a Guerra do Paraguai, quando os familiares receberam a notícia da morte de seus filhos. A vila acabou e seus habitantes voltaram para a cidade de Pilar. Outra informação interessante é o da existência de uma imagem de madeira, que fora nomeada em honra do santo. A imagem goiana não corresponde à descrição tradicional do santo, mas, no imaginário popular, aquela é a imagem de São Patrício.

As temporalidades históricas e uma nova concepção de fronteira

A análise do tipo de ocupação ocorrida nas Matas do São Patrício, por meio da colonização oficial proposta pela Marcha para o Oeste, pode enquadrar-se nas abordagens de expansão na fronteiras, pois essa compreensão como ocupação demográfica e econômica do espaço é o ponto de partida para a abordagem da ocupação social do espaço,⁵ entendida também como uma nova concepção de fronteira. Para tanto, tornam-se necessárias as definições sobre duas concepções teóricas distintas sobre o espaço. A primeira concepção trabalha na perspectiva do espaço enquanto local de ocupação populacional e a sua relação com os interesses econômicos, geradores de conflitos pela posse e pelo domínio da terra. A outra concepção trata da situação de confronto no espaço ocupado pela imposição de uma visão de mundo distinta, ligada ao poder simbólico, constituinte de representações e identidade em uma determinada região.

Ambas tratam de ocupação como zonas de conflito. Entretanto, na primeira definição, o espaço é apresentado como zona de fronteira, onde os conflitos estariam ligados à posse e à propriedade da terra, em que a mudança é determinada, em última instância, pelo avanço da força econômica. A segunda definição enxerga os conflitos da ocupação como lutas simbólicas, regidas pelos elementos culturais de integração, solidariedade e construção de uma identidade social. O espaço abordado nessa perspectiva não desconsidera o lugar, porque é aí que se marca a existência do regional, mas relaciona o meio físico ao mundo social imaginado, vivido e transformado pelas pessoas e pelos grupos sociais.

As reflexões de Martins (1997) aproximam-se da primeira concepção. O autor afirma que se apropriou de uma observação de Hennessy, de que a sociedade latino-americana encontrava-se em estágio de fronteira, ou seja,

em estágio do seu processo histórico em que as relações sociais e políticas eram marcadas pela expansão demográfica para regiões “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”. Dessa forma, o que caracteriza a interpretação de fronteira para o autor é de que esse espaço representa o local de intensas lutas, não exclusivamente simbólicas, mas conflitos marcados por violência, por disputas étnicas, como nas questões indígenas, e também sociais fundiárias. Nessa concepção, a fronteira é destacada como

o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (Martins, 1997, p. 150-151)

O entendimento da fronteira, nessa perspectiva, dá-se pela compreensão das “temporalidades históricas” dos grupos na fronteira, ou por intermédio da diversidade histórica resultante de duas visões distintas de fronteira. Essas duas visões evidenciam-se nas designações de “frente de expansão” e “frente pioneira”. Para Martins, a compreensão da frente de expansão e frente pioneira pode ser definida como modos de ser e de viver em outros espaços, ou em novos espaços. Assim, para o autor, estes não são propriamente conceitos, mas

apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo. Entendo que essas distintas e, de certo modo, descontraídas perspectivas levam a ver diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa. (Idem, *ibidem*, p. 153)

5. Segundo Bourdieu, os indivíduos, assim como as coisas, estão situados num determinado espaço, que o autor chama de lugar. Na sua definição, “o lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (Bourdieu, 1998, p. 160). Todavia, é a partir da visão de espaço físico que se busca entender a construção dos símbolos e das representações sociais do lugar.

As frentes de expansão, mencionadas por Martins como sendo geralmente fruto de estudos antropológicos, definem-se pelo deslocamento demográfico de uma determinada população civilizada – civilizada em relação ao índio, e cujo objeto de estudo seria justamente a preocupação com o impacto dessa expansão – fora do limite do mercado. Seria o deslocamento de populações pobres, não-indígenas, que praticam uma atividade agrícola de “roça”. É uma expansão muito mais demográfica do que econômica, na qual o que está em jogo é a sobrevivência familiar e o povoamento. Avança anteriormente à ocupação econômica de características capitalistas, gerando uma característica de expansão exemplificada como:

redes de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. O mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolísticos, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho. (Idem, *ibidem*, p. 157)

A frente de expansão estaria numa zona intermediária entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica, caracterizando uma ocupação em que não estava presente o discurso da modernidade, da produção capitalista, nem da ocupação racional do espaço. Nessa zona intermediária, não estava presente ainda a urbanização, com suas instituições políticas e jurídicas. É um tipo de ocupação chamada de “civilizada”, pois leva em consideração a referência do tempo histórico do índio, mas é vista como arcaica em relação às regiões centrais do país e ao ponto de vista do colonizador.

No conto “Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá”, apresentado no início desta discussão, verifica-se o cotidiano das famílias que imigraram para o território goiano que se enquadravam no contexto da frente de expansão. O conto ressalta essa característica familiar ao apresentar o contexto original da instalação desses camponeses em busca de terras para a criação de gado, junto ao Rio Corumbá, provavelmente próximo à região de Pirenópolis, antigo

ponto de mineração datado desde o século XVIII. O texto mostra que o estilo de ocupação adotado por aqueles camponeses era marcadamente caracterizado por condições de precariedade e de estagnação econômica. A dinâmica da frente de expansão destaca-se por estar sempre em movimento, entretanto a família Dos Anjos havia instalado-se naquela região e ali ficado, não abrindo novas frentes, novos pastos, e novas roças. O resultado foi a exterminação do gado pelas ervas daninhas e de grande parte dessa reduzida população pela peste. Na dinâmica da frente de expansão, o mecanismo de deslocamento é identificado pela busca de novas terras para a ocupação agrícola, “desse modo, a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar” (Martins, 1997, p. 175).

O enredo ilustra essa dinâmica de expansão e o seu mecanismo de deslocamento. A situação geral dos camponeses inseridos nesse contexto de expansão assemelha-se à da família Dos Anjos. Constitui um exemplo do que ocorre com um número considerável de famílias em situação de “frente de expansão”. É uma tipologia do que ocorre em âmbito geral.

O cotidiano da família Dos Anjos, em semelhança ao dos camponeses da frente de expansão, é o da tradição e da crença nas superstições. O moderno e racional ainda não chegaram, ou não fazem parte desse modelo de ocupação. Na dinâmica desse tipo de expansão, os interesses do mercado ainda não determinam a ocupação. A expansão faz-se com poucos recursos e por pessoas que se encontram muito mais numa perspectiva de desbravamento aventureiro.

Um outro relato literário exemplifica a temporalidade histórica distinta desse modelo de ocupação. Trata-se da biografia de Joan Lowell (s/d),⁶ uma norte-americana que acompanhou o marido, o Capitão Bowen, na abertura de uma estrada que saía da cidade de Jaraguá, um

6. Alguns entrevistados atestam que a biografia de Lowell não é totalmente verídica. De acordo com Moore (entrevistada), uma norte-americana que atualmente reside em Ceres, muito dos personagens e eventos são verdadeiros, e ela inclusive chegou a conhecer a Sra. Lowell. Mas atesta que outros relatos são questionados. Todavia, essa questão não impede a discussão sobre a exemplificação das temporalidades da fronteira, na medida em que a literatura é contemplada como forma de compreensão da memória regional.

pequeno núcleo urbano ainda remanescente dos tempos da mineração, até a Fazenda Lavrinhas, próximo do que é hoje o município de Natinópolis, no final dos anos de 1930.

A autora relata nessa biografia a sua aventura em deixar os Estados Unidos e vir para o Brasil, sem nenhum projeto em vista, e sem nem mesmo saber como o que era o país e o que fazer aqui. Ela e o marido sonhavam viver juntos numa região exótica, e o Brasil representava esse lugar, na visão do casal. Instalaram-se primeiramente no litoral paulista até serem contratados para abrir uma estrada no interior de Goiás, em troca de uma gleba de terras doada pelos contratantes. Foram contratados por um grupo paulista, os Monteiro de Barros, para abrir essa estrada, que partia de Jaraguá em direção à Fazenda Lavrinhas, de propriedade do grupo.⁷ No relato da autora, a construção dessa estrada tinha como objetivo valorizar as propriedades rurais dos Monteiro de Barros, que haviam investido esforços e recursos financeiros nesse projeto. A autora narra o momento em que foram contactados para o trabalho em Goiás:

[...] estávamos na nossa cabana, na praia, sem saber onde iríamos procurar novo rincão, quando vimos um carro parar à nossa porta e dele desceram três homens. Vinham da cidade de São Paulo e disseram que tinham sabido que desejávamos ir para o interior. Um deles contou-nos que eram donos de uma área de duzentas milhas quadradas, no centro do Estado de Goiás.

– Capitão Bowen, não conhecemos essas terras. Recebêmo-las em troca de um bangalô, em São Paulo. Temos a escritura de compra e pagamos os impostos, todos os anos, mas além disto, nada sabemos.

O homem mostrou-nos um mapa de Goiás, muito velho, e apontou para uma área onde estava escrito “desconhecido”.

– Agora, temos uma proposta a fazer-lhes, se estiverem interessados. Essa terra fértil

atualmente não tem valor, porque a ela não se tem acesso. Se o senhor estiver disposto a ir para Goiás e abrir uma estrada até essas terras, estamos prontos a dar-lhe cento e vinte mil acres, em pagamento!

Explicou que a estrada iria valorizar, de tal forma, aquelas terras férteis, que ele podiam dar-se ao luxo de ser generosos. O plano era subdividirem as terras, em pequenas fazendas, para serem vendidas. (Lowell, s.d., p. 50-51)

O texto de Lowell mostra duas variáveis importantes para a análise. Primeiro, que a região desconhecida do grupo paulista era um terra desvalorizada porque estava isolada das regiões economicamente produtoras do país. Segundo, que esse isolamento era decorrente da inexistência de estradas que permitissem o acesso e a integração com essas áreas produtoras. Essas duas variáveis mostram que o investimento nessa região de fronteira poderia, ao mesmo tempo, permitir o acesso e a integração com o mercado e, conseqüentemente, valorizar suas propriedades, tornando essa área um investimento rentável.

Naquele momento, já se pensava na expansão das fronteiras para o Oeste brasileiro, que se apresentava como um “novo eldorado”. Isso é caracterizado no título da obra de Lowell, Terra prometida, uma visão quase mística da colonização do Oeste.

O relato biográfico prossegue. O casal deixa o litoral paulista em direção a Goiás. Depois de alguns dias de viagem, chega finalmente a Anápolis. Naquele tempo, a cidade era quase o limite da fronteira econômica do país. A ferrovia havia chegado naquela região havia poucos anos, e viera na expansão da lavoura cafeeira. O casal parte de Anápolis em direção à cidade de Jaraguá, através de uma estrada em condições muito precárias. Na chegada a Jaraguá, a autora descreve a localidade como uma antiga cidade aurífera quase abandonada, observando que alguns antigos mineiros tornaram-se fazendeiros de gado.⁸ A cidade é descrita como um lugar

7. De acordo com Neiva (1984), em 1920 a condessa de Legge, casada com um membro da família paulista Monteiro de Barros, interessou-se por essa região, ao encontrar anotações que afirmavam a existência de ouro nas redondezas, registrados no Museu Ultramarino em Portugal. Em 1928, os Monteiro de Barros compraram as terras de propriedade dos irmãos alemães Helmuth e Freimund Brockes. Posteriormente, providenciaram a abertura de estradas, na expectativa de valorização da propriedade adquirida.

8. Saint-Hilaire (1975), em suas viagens à província de Goiás, descreve com detalhes a região de Jaraguá no ano de 1819. Não é uma visão diferente da registrada por Lowell. Saint-Hilaire destaca os remanescentes da mineração que ainda existiam na cidade. O início do povoamento é 1736, quando a descoberta de ouro havia transformado aquela re-

antigo, malcuidado e com costumes atrasados: “velhas casas de adobe, cobertas de telhas, agrupavam-se em ruas estreitas. Em algumas janelas, havia folhas de mica, em vez de vidraças. Quando chegamos a um lugar que parecia o entreposto comercial, a aldeia inteira surgiu para nos olhar” (idem, *ibidem*, p. 55).

Jaraguá representava a zona intermediária entre a fronteira econômica localizada em Anápolis e a fronteira demográfica. A partir daquela localidade, estendia-se o sertão, a Mata do São Patrício, descrita como uma terra de ninguém. O casal, partindo de Jaraguá, iniciou as obras da estrada, entrando em contato com esse cenário de isolamento que o sertão proporcionava.

É relevante a análise da obra de Lowell, pois contempla a visão do estrangeiro sobre a realidade e as peculiaridades dos camponeses da fronteira e do seu cotidiano nessa região. É o encontro do cidadão urbano, metropolitano, com populações que há muitos anos habitavam precariamente aquele lugar. Pode ser ressaltada, assim como a descrição de Saint-Hilaire (1975), pela riqueza de detalhes a respeito do cotidiano da vida na fronteira, ao apresentar o modo como as pessoas viviam, bem como as dificuldades e a brutalidade do sertão, e ainda a mentalidade do sertanejo inserido nesse contexto.

Lowell descreve a forma como os camponeses lidavam com as suas limitações, carecendo de determinados produtos indisponíveis naquela longínqua fronteira. Produtos como sal, xampu, sabão e café, facilmente encontrados em localidades próximas aos centros urbanos, são substituídos por “similares” na fronteira. O cotidiano do camponês na fronteira é o cotidiano da superação. A autora anota ainda que o sertão tem suas normas e regras distintas. Era o que ela descrevia como sendo as “etiquetas do sertão”.

Nessa ocupação da fronteira, que precedeu à criação e à instalação da Cang, a abertura da estrada, segundo o relato de Lowell, significava esperança para os aventureiros, pois muitos pioneiros aproveitavam aquela obra que se

iniciava e buscavam instalar-se na região. A autora faz observações sobre a grande imigração que chegava a cada dia pela estrada por eles aberta. Essas pessoas iniciaram o povoamento da região das Matas do São Patrício no final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, movimento anterior, inclusive, à política da Marcha para o Oeste.

O texto de Lowell mostra uma concepção diferente de estrada, freqüentemente apontada como ícone de progresso. A estrada tinha outros significados no sertão: o advento da lei. Lowell cita o exemplo de um sertanejo chamado Dionésio, que habitava aquelas matas no tempo da abertura da estrada. Ele refugiara-se no sertão, pois era “capanga” de fazendeiro, uma espécie de assassino de aluguel, cujos serviços eram contratados por proprietários da região para expulsar posseiros ou matar membros de famílias que não quisessem vender suas propriedades. O sertanejo apresentava com orgulho as “orelhas secas” de suas vítimas, uma espécie de troféu e prova de seus assassinatos. Para gente como Dionésio, a estrada na fronteira não significa progresso nem prosperidade, apesar de ser ele também um lavrador. Mas as explicações dadas pelo casal parecem ter convencido o sertanejo, pois posteriormente tornou-se ajudante da construção da estrada. Todavia, por tragédia do destino, como era procurado da polícia, acabou sendo morto em confronto com policiais que chegaram pela mesma estrada que ele ajudou a construir. Naquela região abandonada, sem as instituições da vida societária urbana, não existia a lei. Para gente como Dionésio, a estrada representava uma ameaça. Mas a estrada significava a esperança para outros milhares de camponeses, seja para os que já haviam se instalado naquela região, ou para os muitos que diariamente chegavam ao Mato Grosso de Goiás naquele tempo.

Dayrell (1974), analisando a política de colonização na expansão para o Oeste, e descrevendo esse processo no final dos anos 1930, cita os estudos realizados por Weibel⁹ na

gião desértica, na visão do autor, em um povoado, que na época conta com cerca de dois mil fiéis e duas igrejas. O autor descreve a população, a hospitalidade, a vegetação e até as doenças que atingiam os moradores de Jaraguá.

9. Leo Weibel desenvolveu um estudo detalhado sobre a região do Mato Grosso de Goiás em seu “Capítulo de geografia tropical do Brasil”, publicado pela FIBGE (ver Dayrell, 1974).

região. Esses estudos abordam os reflexos da chegada da ferrovia em Anápolis em 1935 e o processo de expansão de fronteiras em direção ao norte do território goiano. Destaca que, para essas regiões de mata, se deslocava o pequeno lavrador, com a finalidade de instalar um tipo de lavoura com fins comerciais – distinta da produção capitalista, conforme observação de Martins (1997) –, contrapondo-se à tradição pecuarista do Estado até então. Nesse estudo, é relatada a experiência de José Alves Toledo, que, por volta de 1935, veio para essa região com a família, e posteriormente provocou a imigração de parentes e amigos, dando origem à cidade de Uruana no Vale do São Patrício, localizada próximo à região onde futuramente seria a sede da Cang.

A partir dessas observações, pode-se perceber que o processo de ocupação antecedeu ao discurso da Marcha para Oeste e aos projetos das colônias agrícolas. A construção da estrada para a Fazenda Lavrinhas, pelos norte-americanos, e a vinda da família de José Alves Toledo são experiências de ocupação que não estiveram inseridas na política de ocupação oficial promovida pelo governo Vargas. Todavia, essas experiências enquadram-se no contexto das chamadas frentes de expansão, ainda aventureiras. A ocupação que se processava nessa região teve como elemento motivador a construção da ferrovia anapolina, que se apresentava como ponto de partida para o deslocamento e a ocupação da região do Mato Grosso goiano no final da década de 1930.

Já na década de 1940, o Mato Grosso goiano constituía-se como a região do estado que mais recebia imigrantes. A ferrovia possibilitava o acesso da economia local ao mercado, e a caracterização de Goiás como frente de expansão na penetração de um grande contingente de camponeses para o interior. Novas possibilidades de exploração econômica estavam sendo criadas para a região. Ela atraía interesses de grandes grupos econômicos, que viam na abertura dessa nova fronteira possibilidades de fortalecer o mercado regional e estabelecer uma conexão com o Norte do país.

A compreensão de que a estrada estava relacionada ao progresso e ao desenvolvimento e o aproveitamento dessas novas possibilidades

podem ser exemplificados na visita turística, feita à cidade de Goiânia em 1939, do agrônomo carioca Bernardo Sayão, que se tornaria poucos anos depois o fundador e administrador da Cang. Sayão encantou-se com os traçados modernos da nova capital do estado. E, numa conversa com as filhas, que o acompanhavam na viagem, afirmou que o progresso para essa região estava na construção de estradas (Sayão, 1994).

A abertura de estradas representava uma nova fase na dinâmica da expansão de fronteira. Representava a chegada dos processos civilizatórios para a região. O isolamento e a economia de subsistência da fronteira seriam substituídos por um novo tipo de economia, voltada para atender o mercado. Nesse sentido, o fim da frente de expansão ocorre com a chegada da fronteira econômica. A frente de expansão posiciona-se numa zona intermediária entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Conseqüentemente, a chegada da fronteira econômica resulta no encontro da frente de expansão com a frente pioneira (Martins, 1997).

A teoria da temporalidade histórica proposta por Martins marca o declínio da frente de expansão na região do Mato Grosso goiano. Isso ocorre com a chegada da fronteira econômica, impulsionada pelos processos de modernização por intermédio da ferrovia anapolina, da abertura de estradas, da chegada de um grande número de camponeses em busca de terra e de novas forças econômicas interessadas nas possibilidades advindas com o desenvolvimento regional. Segue-se a isso uma valorização da região em termos econômicos. É esta a dinâmica da chegada da frente pioneira. A região foi atingida por essa dinâmica nesse período, o que ocasionou transformações significativas. Segundo Dayrell,

A notícia de terras férteis e baratas, ouvida nas áreas áridas, principalmente de Minas Gerais, foi responsável por um afluxo imigratório considerável. E não foi só o trabalhador rural que dirigiu suas vistas e esperanças para a região. Grupos paulistas e cariocas já tinham planos, nos fins dos anos trinta, para subdividir enormes áreas que possuíam e vendê-las, em pequenas fazendolas. A abertura da estrada até Lavrinhas já se relaciona ao processo, visando valorizar a região em função de maiores lucros. (Dayrell, 1974, p. 85)

A frente de expansão e a frente pioneira compartilham temporalidades históricas distintas. Enquanto a frente de expansão convive com o tradicional, com o arcaico, com a agricultura de subsistência, ou mercantil e não-capitalista, a frente pioneira traz consigo o discurso da modernização, da urbanização, da ocupação racional do espaço. De acordo com Martins, a frente pioneira cria uma nova sociabilidade:

[...] a concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (Martins, 1997, p. 153)

Nessa perspectiva, a dinâmica da frente pioneira é muito mais do que expansão territorial e ocupação demográfica – papel esse já realizado pela frente de expansão. É ainda muito mais do que expansão da fronteira econômica. Significa mudança e transformação regional. Não apenas no sentido da mudança física da região, na medida em que novos espaços são transformados pelo povoamento. Significa ainda mudança cultural, que é, sem dúvida alguma, tão importante quanto a mudança estrutural. O processo histórico representa uma realidade social, baseada em discursos e em ideologias que eram divergentes das então existentes naquelas áreas de ocupação.

A dinâmica da frente pioneira é dominada pelos agentes do processo civilizatório e modernizante. O campo econômico teve um papel fundamental, sobretudo por meio da introdução da produção capitalista, mas esse tipo de ocupação resulta não apenas na ocupação demográfica, urbana e empreendedora, nem tampouco, exclusivamente, na ocupação econômica, modernizante e capitalista.

Ocorre também na ocupação da frente pioneira a ocupação social do espaço. Ou seja, não são apenas o capital e seus instrumentos de modernização que se expandem e ocupam os espaços deixados pela frente de expansão. O espaço é ocupado por pessoas, por grupos sociais, cada um deles portadores de comportamentos distintos, expectativas próprias, experiências de vida singulares. Todos esses elementos distribuem-se no espaço ocupado, formando o espaço social. E com essa distribuição social que ocorrem as lutas simbólicas para a construção do novo espaço ocupado. Assim, é inserido nesse novo espaço um apelo gerador de identidade e história regional.

A concepção do espaço, na perspectiva da expansão da fronteira, está muito mais relacionada aos espaços vazios, ou espaços ocupados que se encontram fora do contexto da civilização. Dessa forma, a ocupação desses espaços pela frente de expansão e pela frente pioneira refere-se tanto à expansão demográfica da fronteira, responsável pelo processo de urbanização e povoamento dessas áreas, quanto à expansão econômica da fronteira, que efetuará a inserção da região ao mercado.

Tendo como fundamento essa compreensão é que este trabalho se propõe a abordar a ocupação do espaço em região de fronteira – no caso, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás –, buscando na análise do espaço social e da construção simbólica os elementos característicos desse tipo de ocupação. Entretanto, essa compreensão não rompe com o modelo de expansão de fronteiras apresentado por Martins (1997). O autor mesmo observa que as modalidades de ocupação do espaço são modos de “ser e viver” no espaço novo. Todavia, suas análises estão mais direcionadas para o estudo de conflitos nas regiões de fronteiras, onde o que está em jogo são as questões agrárias e de poder nesse novo espaço. O espaço social compartilha com a idéia da fronteira, com suas implicações de expansão dos interesses econômicos. Mas possibilita compreender os elementos geradores da identidade e da cultura regional.

Para a construção da definição de espaço social, é apropriada a concepção de região em Bourdieu (1998), que faz referência, inclusive,

à disputa conceitual do termo entre os vários campos da ciência. Para o autor, a geografia, muitas vezes, apresentava-se como digna do monopólio da definição legítima do termo, por meio da relação entre a abordagem de região e a idéia de espaço. Esse monopólio deve-se ao fato de que os inqueritos regionais dos geógrafos apresentam-se como estudos minuciosos de um determinado espaço, porém, dando demasiada importância aos fenômenos físicos. A análise e a abordagem geográfica limitam-se ao conteúdo do espaço, como representação de lugar, do ponto de vista da objetividade.¹⁰

Contudo, existem outras abordagens que buscam uma nova compreensão do regional, nas quais são destacados as representações simbólicas, o discurso e a formação de uma identidade cultural. Uma nova visão sociológica da região que ultrapassaria os limites da realidade objetiva, baseando-se na idéia de que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (idem, *ibidem*, p. 115).

Pode-se referir à ocupação do espaço em regiões de fronteira como novos limites do mundo social. Muito mais que ocupação demográfica e espacial, ocorre, ao longo do processo histórico, a ocupação social. A magia da ocupação social constrói a identidade da região e do espaço ocupado.

Estudos anteriores foram realizados sobre a Cang, baseando-se na compreensão da ocupação física sob a ótica da fronteira. Essas análises privilegiaram a composição da estrutura regional como um tipo de expansão relacionada aos interesses do capital e às situações de conflito resultantes desses interesses nessas novas áreas de ocupação. Essa compreensão esteve presente nos estudos de Dayrell (1974), ao analisar a política de ocupação da Cang, baseada na inserção dessa região no mercado capitalista das zonas centrais da economia brasileira. Semelhante abordagem efetuou Neiva (1984), que se

deve sobre os reflexos das lutas camponesas na Cang, a ação do Partido Comunista na região e os interesses agrários e seus conflitos em áreas os quais a pesquisadora define como “ocupação de novos espaços ou na nova ocupação do espaço”. Também nessa perspectiva encontra-se a abordagem de Duarte (1999), que analisa os reflexos da Cang nas estruturas fundiárias da região. Um outro trabalho sobre a região da Cang, que estaria mais próximo da perspectiva da ocupação social, é o estudo de Pessoa (1999) na área da antropologia social, que aborda, por meio da análise do campo religioso, a práticas do catolicismo, sobretudo tendo em vista a ação da Igreja do Evangelho na região.

A ocupação demográfica, física e econômica, analisada pela perspectiva da fronteira, é uma abordagem científica da realidade objetiva. Porém, na compreensão da ocupação social do espaço, a sociologia teria como caminho a seguir o “exorcismo do sonho da ciência objetiva” (Bourdieu, 1998), muitas vezes investido no discurso sacralizado da verdade. A ocupação do espaço social aponta para a investigação da identidade, das lutas simbólicas, da criação da autoridade, das representações sociais e da relação político-social dos vários campos que compõem esse espaço.

Todavia, qual deve ser a posição do pesquisador diante das abordagens da realidade e da representação para a compreensão social de uma determinada região? Bourdieu indica como meio investigativo o ir além da compreensão da realidade objetiva. No seu entendimento, a pesquisa não deve privilegiar apenas os elementos físicos da região, mas também os culturais. Para o autor,

[...] só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade “regional” ou “étnica” com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais. (idem, *ibidem*, p. 113)

10. Novas abordagens acerca do espaço têm surgido na geografia que trabalha as questões mais culturais sobre ele, ressaltando os elementos imaginários na relação entre o homem e o lugar. Todavia, essa é uma visão que tende a romper com a realidade objetiva das abordagens da geografia tradicional. Quando Bourdieu refere-se à visão geográfica, tem em vista a visão hegemônica e cientificista que se proclama como monopolizadora conceitual do espaço e da região.

Uma abordagem da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, tendo como referência a sua ocupação social e as representações simbólicas, constituintes de identidade e criadoras de uma nova fronteira, apropriar-se-ia dessa concepção de regio (região) e finis (fronteira) proposta por Bourdieu.¹¹ A Cang, como ocupação espacial, concretiza-se por meio de sua dinâmica específica de colonização oficial proposta durante o Estado Novo. Essa dinâmica de ocupação proporcionou uma identidade regional distinta, criadora de novos finis, novas fronteiras, resultante do ato jurídico de limitação e de demarcação do espaço. Esse tipo de criação do espaço social possibilitou a emergência de uma cultura específica para a região, ao mesmo tempo em que se tornou produto dessa mesma distinção cultural. É resultante não apenas da dinâmica da fronteira, mas reproduz uma nova concepção de fronteira.

No caso específico da Cang, temos a demarcação da regio finis definida no Decreto-Lei Federal nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, às margens a oeste do Rio das Almas, abrangendo toda a região de mata do Vale do São Patrício. A demarcação da fronteira separava dois mundos sociais distintos. Em direção norte, à margem direita do rio, era localizada a Cang, particularmente fruto de uma ocupação oficial, contemporânea de um determinado discurso de colonização, com uma população assentada nos lotes doados pelo governo federal, e recebendo, precariamente, auxílio financeiro e burocrático para o desenvolvimento da região. Já à margem direita, era localizada a Barranca,¹² que se configurava como uma nova demarcação do

mundo social, uma outra fronteira, um novo limite. A Barranca surgiu de forma espontânea à margem da ocupação oficial, constituindo uma nova fronteira, resultante da forma distinta de ocupação que se procedeu naquele espaço.¹³

A fronteira demográfica e econômica nessas duas localidades proporcionou uma ocupação geográfica quase que simultânea. Entretanto, processam-se, na ocupação social, histórias distintas, tempos distintos e lutas distintas. Dessa forma, na compreensão da ocupação social, a definição de regio finis é relevante, porque o que realmente define e constrói uma região não é representado exclusivamente pela paisagem resultante da relação entre o homem e o meio ambiente. A região é resultante, também, do tempo, da história, da ação de indivíduos e do conjunto dos vários grupos sociais que foram distribuídos no interior do espaço físico e que buscaram construir sua identidade própria, reconhecendo-se diante dos limites do diferente. Os indivíduos constroem o seu mundo nas representações que configuram o lugar, consolidando os instrumentos de solidariedade.

Essa visão do espaço encontra referência nas concepções de Bourdieu, que apresenta os elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região, valorizando o papel da identidade e da representação. Compreende que outros elementos, não estruturais, têm uma influência na modificação da "estrutura espacial" da região. Ressalta a "lógica da prática" como produtora de efeitos sociais por meio da axiologia da identidade regional nas representações mentais e objetais. Afirma que existe um

11. É importante ressaltar a contribuição de Durkheim (1995) para essa compreensão do mundo social, por meio da perspectiva das representações coletivas em que a sociedade é vista como uma entidade dotada de características próprias, que vê a si mesma, independente dos indivíduos que a compõem. Apesar da preocupação de Durkheim ser a de reforçar o caráter objetivo da sociologia, nessa sua compreensão das representações coletivas o autor abre a discussão para a subjetividade, o imaginário e as configurações simbólicas do mundo social.

12. Barranca é o antigo nome dado aos núcleos comerciais e administrativos, tanto do lado de Ceres quanto do lado de Rialma. Posteriormente, o nome de Barranca ficou ligado ao que é hoje o município de Rialma. O termo passou a ser utilizado de forma pejorativa, como se Barranca designasse falta de ordem.

13. Interessante destacar essa peculiaridade entre essas duas localidades, a Cang (Ceres) e a Barranca (Rialma). No processo de instalação da Cang, a distribuição da população no espaço demarcado pelo governo federal ocorreu levando em consideração critérios de seleção previamente estabelecidos pela legislação que regulava o assentamento na área. A Cang funcionava como uma espécie de distrito federal, controlado pela burocracia do governo Vargas. Enquanto a Barranca, que estava fora desse controle burocrático, formava-se de forma espontânea e era vista marginalmente como lugar desordeiro. Na sede da Cang, eram proibidas a venda de bebidas alcoólicas e a instalação de casas de prostituição. Assim, a Barranca representava a inexistência de interdições. Essa relação exemplifica como duas localidades surgidas numa mesma dinâmica de ocupação constroem o seu mundo social tendo concepções imaginárias distintas do espaço.

descrédito cientificista com relação aos critérios subjetivos por parte de algumas correntes teóricas, que buscam uma justificativa que negue tudo o que não seja exclusivamente real. Esse descrédito é compartilhado pela visão economicista, que leva ao não-reconhecimento de outras determinantes da ação a não ser as ligadas às instâncias econômicas, bem como ao discurso da neutralidade axiológica, que conduz o pesquisador para um tipo de objetivismo redutor. Entretanto, o autor propõe o rompimento com essas categorias de análise que não reconhecem o valor das representações coletivas na transformação da realidade, distinguindo a configuração do espaço como uma topologia social multidimensional.

Essa ocupação multidimensional do espaço não se relaciona a processos físicos de ocupação simplesmente. Não é a frente de expansão ou a frente pioneira que efetivamente efetua a ocupação da Colônia. A Cang foi ocupada por pessoas com motivações diferentes, histórias diferentes, expectativas diferentes, que, numa determinada temporalidade histórica, se encontram e se distribuem das formas mais diversas no interior da Colônia. Profissionais das mais variadas especialidades (agrônomos, médicos, clérigos, carpinteiros, motoristas, agricultores, comerciantes etc.) dividem o mesmo espaço físico e tornam-se os elementos configuradores do imaginário do lugar. Assim, um novo mundo social é compreendido em forma de espaço multidimensional, construído sobre as bases dos “princípios de diferenciação ou distinção”. Essa compreensão do espaço e da região permite outros olhares sobre o lugar. Essa outra visão ressalta o processo de ocupação como um elemento gerador da identidade das pessoas e do lugar, considerados neste trabalho como as construções simbólicas do espaço.

Borba (1998), apresentando o espaço como uma categoria de análise, afirma que a sociedade constrói nos espaços físicos suas condições de reprodução social. A autora apropria-se das concepções de Santos na distinção das estruturas espaciais, que apresentam três elementos básicos de análise, a saber: a configuração geográfica, a paisagem e os processos sociais. E faz a seguinte conceituação do espaço:

A análise geográfica do espaço parte do princípio de que ele é um produto social, e enquanto tal é fruto das relações que o homem estabelece entre o meio ambiente, a atividade humana neste meio, e o produto histórico desta sociedade. O estudo do espaço resume, pois, o complexo social em todas as suas faces: no espaço está implícito as condições e as relações de produção, a herança histórica e as interações sociais. (Borba, 1998, p. 19)

Um novo olhar sobre o lugar, resultante dessa interação entre os conceitos geográficos na concepção apresentada e a visão sociológica do espaço em Bourdieu, ultrapassa a compreensão do espaço enquanto instância física da fronteira. Essa visão geográfica privilegia o espaço como um local de constante alteração, resultante da dinâmica social, valorizando a relação espacial com os elementos temporais e o resultado desse fenômeno. Na perspectiva de Bourdieu, o espaço é descrito como lugar de lutas simbólicas. Seu objeto de estudo estenderia para o entendimento dessas lutas e o resultado delas, na compreensão de como o espaço constrói os seus elementos simbólicos, discursivos e imaginários. O autor privilegia a construção de novas fronteiras no interior do espaço e nos seus limites, codificando as relações e estabelecendo critérios de interação. As duas concepções ultrapassam a conceituação física do espaço, buscando resgatar uma nova compreensão humanista sobre o lugar. Entretanto, a concepção de espaço social proposta por Bourdieu estende essa compreensão para além da realidade objetiva, buscando entender as representações construídas no lugar.

Essa observação não impede de focalizar a Cang pelo olhar da fronteira. Todavia, a definição de fronteira não pode estar limitada pelas temporalidades históricas das frentes de ocupação. É necessário ainda entender o lugar como espaço social, como *regio finis*, onde a ocupação física, bem como as representações sociais, aparece de forma simbólica.

A construção simbólica do lugar

As peculiaridades culturais dos grupos que promovem a ocupação, as instâncias de poder criadas nesse espaço, as configurações simbó-

licas resultantes de lutas entre os diversos campos, a legitimidade e a autoridade conferidas a determinados agentes contribuem para a construção de uma nova identidade social e, até mesmo, para a criação de uma nova fronteira.

A ocupação das Matas do São Patrício e a instalação da Cang podem ser abordadas não apenas na perspectiva da expansão das fronteiras, mas também na criação e construção de sua própria fronteira. É uma construção física da fronteira, mas também, e de igual relevância, uma construção simbólica, que pode ser entendida como a luta pela imposição de uma visão de mundo legítima e da criação de suas fronteiras culturais. Dessa forma, a mentalidade, os valores, as representações simbólicas de uma determinada região correspondem à compreensão que esse grupo social tem de si mesmo e do mundo que o cerca. A identidade regional é construída pelo grupo social por meio das diversas lutas simbólicas travadas no interior do espaço social. Assim, na construção simbólica, cria-se não apenas as representações sociais desse grupo, como também a sua identidade, sua percepção da realidade, seus valores, suas simbologias e sua visão de mundo.

Mas de que forma é apreendida essa construção? Quais são os elementos que podem apresentar os indícios da construção simbólica da Cang? Quais os caminhos para o entendimento da definição dos instrumentos metodológicos dessa discussão?

A compreensão das diversidades e da classificação dos diferentes campos seria o primeiro passo no mapeamento sociológico do espaço. Assim, questões podem ser levantadas na identificação do espaço enquanto topologia social, a saber: quais são os diversos campos no interior do espaço social? Qual é o status desses campos nesse mesmo espaço, como apresenta hierarquicamente esses campos? Qual o papel de cada campo na criação de uma "visão de mundo" distinta sobre o espaço social, o grupo social e sobre os agentes que ocupam esse espaço?

O mundo social pode ser apreendido também nas lutas simbólicas, ou seja, o mundo social é construído pelo grupo social na circularidade do poder de delegação e da autoridade. O grupo faz-se e refaz-se no espaço

social. Concede autoridade e legitima essa mesma autoridade. Age no meio social e é feito nesse contato com o seu ambiente. Aceita ou rejeita as representações da construção simbólica do espaço social. Segundo Bourdieu,

[...] o mundo social é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento, contudo ele não tem probabilidade de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo de que nele são capazes em função da posição nele ocupada. (Bourdieu, 1998, p. 150)

Nessa compreensão, os elementos e as representações simbólicas não são instrumentos "mágicos" e que configuram essa visão de mundo. Ou seja, o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos (Bourdieu, 1998). O simbólico é apenas representação do mundo real, cuja função é justamente dar legitimidade à realidade social.

Essa compreensão do simbólico é semelhante à perspectiva de Castoriadis (1982), cujo objetivo é entender as instituições e a vida social como um todo a partir do imaginário. Entretanto, ao construir a compreensão do imaginário social, o autor busca definir o papel do simbólico nessa abordagem. As instituições sociais são vistas como um sistema funcional da rede simbólica, sendo necessário entender as instituições como uma rede de funções, mas sobretudo como uma rede simbólica. O autor recorre ao simbolismo na busca da compreensão de como as instituições se constituem, visto como um referencial no qual tudo o que se apresenta no mundo social-histórico é indissociável do simbólico. As "instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico. São impossíveis fora do simbólico e constituem cada qual sua rede simbólica" (idem, ibidem, p. 142).

Dessa forma, as instituições ligam os símbolos significantes à sociedade e legitimam-nos no grupo social. Os rituais e os detalhes têm uma referência não-funcional, mas simbólica. Entretanto, Castoriadis discorda da ideia de que o simbolismo institucional determine o conteúdo da vida social. Para o autor, a sociedade constitui seu simbolismo, compreendido no natural e enfim

no racional (idem, ibidem, p. 152). O simbolismo¹⁴ é apropriado pela sociedade, criado por ela, por meio da utilização dos sistemas simbólicos de forma a assimilar totalmente os símbolos, ou pela utilização racional e refletida dos sistemas simbólicos.

Portanto, o que permite uma determinada sociedade autonomizar-se, o que concede a essa sociedade suas características, suas especialidades, sua compreensão não reside nos sistemas simbólicos. O simbolismo em si seria incapaz de determinar a compreensão do mundo social.

A visão de uma determinada sociedade apenas por parte do simbólico não permitiria apreender o seu componente essencial. O que permite a compreensão do mundo social ultrapassaria as configurações simbólicas – incapaz de realizar tal apreensão –, sendo encontrado no componente imaginário presente em todo símbolo, em todas as configurações simbólicas, dotadas doravante de sentido “inventado”, investidas de outros significados, separadas do real, apropriando-se do simbolismo para a configuração da sua própria existência e expressão.

As relações entre o simbólico e o imaginário aparecem sobre o fato de que o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para expressão, mas para a própria existência, passando do virtual a imagens como representação de algo. Também o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, por meio da possibilidade de ver em uma coisa o que ela não é, ou de vê-la diferente do que é, com base nessa característica elementar e irredutível de evocar uma imagem.

14. Le Goff (1994) é outro autor que trabalha com a definição do elemento simbólico. Para o autor, o simbólico estaria ligado de certa forma à representação, não mais na pura abstração da tradução da realidade exterior, mas remetida a construções concretas, palpáveis, expressa nas obras de arte, nos instrumentos, nas construções dessa mesma representação, dotada, entretanto, de um sistema de valores, que Le Goff considera como subjacente “histórico e ideal”. O simbólico, segundo o autor, exprime uma correspondência entre o histórico e o ideal, entre o antigo e o atual, que de certa forma estaria associado à abordagem sobre o imaginário, sem, no entanto, haver a necessidade de distingui-los ou separá-los. A compreensão do simbólico é semelhante na abordagem dos três autores analisados (Bourdieu, Castoriadis e Le Goff). A semelhança reside na compreensão de que o simbólico não exerce poder de construção da realidade social, mas seria uma representação dela.

Nesse sentido, é que se apresenta um outro olhar sociológico sobre o lugar, emergente de uma nova concepção que ultrapassa as abordagens da objetividade, que vai além das temporalidades da fronteira e que explique a diversidade regional, considerando a relação humana e física, também nas categorias do simbólico e da representação. Um novo olhar sobre o lugar parte da construção da região como um espaço imaginado, vivido e transformado, que constrói não apenas a paisagem mas também a identidade de um povo, baseada na visão que tem de si mesma, do lugar em que se encontra e do mundo que a cerca.

Referências

- BORGES, Barsanufio Gomides. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- BORBA, Odiones de Fátima. Cidade de Goiás: formas urbanas e indefinições de usos. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do mundo: com contribuição de A. Accado (et al.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CAMPOS, Francisco Itami. Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, USP.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). Relação cidade-campo: fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização. Goiânia, 1974. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFG.
- DENOFRIO, Darci França (Org.). Antologia do conto goiano: dos anos dez aos sessenta. Goiânia: Cegraf/UFG, 1993.
- DUARTE, Lys Elizabeth Amorim Filho. O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá: uma análise comparativa. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Ed. Nacional, 1995.

- _____. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ESTERCI, N. O mito da democracia no país das bandeiras. Rio de Janeiro, 1972. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LE GOFF, Jacques. O imaginário medieval. Lisboa: Editora Estampa, 1994.
- LOWELL, Joan. Terra prometida. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.
- MARTINS, Jose de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORICONI, Italo. Os cem melhores contos brasileiros do século. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- NEIVA, I. C. O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Brasília, 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A igreja da denúncia e o silêncio do fiel. Campinas: Alínea, 1999.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- SAYÃO, Lea. Meu pai Bernardo Sayão. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1994.
- VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.